



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9163

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Ribeiro Prates

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Celebra Convênios, Termos de Cooperação, Aditivos, Repassa Recurso

Autoria: Executivo Municipal

Data: 03/04/2018

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 34/2018. Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar parceria e repassar recursos financeiros, através da Secretaria Municipal de Educação, às instituições de ensino infantil e fundamental de Montes Claros, previamente credenciadas no município, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.053, de 11/04/2018).

Controle Interno – Caixa: 2.1

Posição: 32

Número de folhas: 14

Espécie: PL
Categoria: Convênio
CX: 2.1
Ordem: 32
nº fls: 12



nº 10/2018

n.º 04.2018

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 34/2018

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Parceria com as
Entidades que Menciona, Repassar Recursos Financeiros e dá
Outras Providências.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 03/04/2018
- 2 - Comissão Legislação e Justiça e Finanças Orçamento Tomada de Contas.
- 3 - APROVAÇÃO EM REGIME DE URGENCIA
- 4 - E Nº 10.04.2018
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

PROJETO DE LEI Nº 34, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR PARCERIA COM AS ENTIDADES QUE MENCIONA, REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, autorizado a firmar parceria e repassar recursos financeiros às instituições de educação de ensino infantil, previamente credenciadas e abaixo mencionadas:

I – Casa da Juventude São Luiz Gonzaga – com sede na Rua Amazonas, nº 611 – Bairro Cintra – Montes Claros (MG), CNPJ nº 21.358.312/0001-41.

Educação Infantil, valor anual do repasse: R\$ 217.879,07 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e setenta e nove reais e sete centavos), dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas;

II – CCVEC – Centro Comunitário de Vivência Educacional Prof. Luiz Flávio Pereira – com sede na Rua Guiana Holandesa, nº 2.201 – Doutor João Alves – Montes Claros (MG), CNPJ nº 25.217.365/0001-01.

Educação Infantil, valor anual do repasse: R\$ 444.110,93 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e dez reais e noventa e três centavos), dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas;

III – Centro de Recuperação Renascer do Município de Montes Claros – com sede na Av. Europa, nº 301 – Conjunto Residencial JK – Montes Claros (MG), CNPJ nº 04.642.023/0001-50.

Educação Infantil, valor anual do repasse: R\$ 893.987,59 (oitocentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

IV – Círculo de Trabalhadores Cristãos de Montes Claros – com sede na Av. Padre Bretano, nº 102 – Roxo Verde – Montes Claros (MG), CNPJ nº 21.373.592/0001-67.

Educação Infantil, valor anual do repasse: R\$ 233.225,63 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e cinco reais e sessenta e três

centavos), dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas;

V – Projeto Comunitário Betel – com sede na Rua Betel, nº 53 – Vila Exposição – Montes Claros (MG), CNPJ nº 25.205.238/0001-84.

Educação Infantil, valor anual do repasse: R\$ 629.752,90 (seiscentos e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos), dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas;

VI – Projeto Comunitário Nova Canaã – com sede na Rua 10, nº 162 – Vila Sion – Montes Claros (MG), CNPJ nº 21.372.206/0001-12.

Educação Infantil, valor anual do repasse: R\$ 486.122,59 (quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§1º - Fica reconhecido, para os referidos repasses, a dispensa do chamamento público, nos termos do art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº. 13.019/14.

§2º - As despesas decorrentes do presente artigo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.07.004.00012.00365.00034.4061 – 33504300 – Fonte: 119.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, autorizado a firmar parceria e repassar recursos financeiros à instituição de educação de ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA, previamente credenciada e abaixo mencionada:

I – Casa da Juventude São Luiz Gonzaga – com sede na Rua Amazonas, nº 611 – Bairro Cintra – Montes Claros (MG), CNPJ nº 21.358.312/0001-41.

Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA, valor anual do repasse: R\$ 520.601,32 (quinhentos e vinte mil, seiscentos e um reais e trinta e dois centavos), dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas;

§1º - Fica reconhecido, para o referido repasse, a dispensa do chamamento público, nos termos do art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº. 13.019/14.

§2º - As despesas decorrentes do presente artigo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.07.003.00012.00361.00034.4063 – 33504300 – Fonte: 101.

§3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar, na dotação orçamentária constante do §2º, do presente artigo, o valor de R\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais).

§4º - Para atender a suplementação de crédito a que se refere o §3º, do presente artigo, fica o Poder Executivo autorizado a anular o valor de R\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais), da seguinte dotação orçamentária: 02.007.002.00012.00122.00033.2084 – 31900400 – Fonte 100.

Art. 3º – Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, autorizado a firmar parceria e repassar recursos financeiros às instituições de educação especial de ensino fundamental, previamente credenciadas e abaixo mencionadas:

I – APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Montes Claros – com sede na Alameda das Paineiras, nº 390 – Bairro Jaraguá I – Montes Claros (MG), CNPJ nº 21.353.925/0001-96.

Educação Especial de ensino fundamental, valor anual do repasse:

R\$ 1.435.215,24 (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e quinze reais e vinte e quatro centavos), dividido em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas;

II – Fundação Clarice Albuquerque – com sede na Rua Tungstênio, nº 306 – Bairro de Lourdes – Montes Claros (MG), CNPJ nº 25.218.462/0001-00.

Educação Especial de ensino fundamental, valor anual do repasse: R\$ 966.719,96 (novecentos e sessenta e seis mil, setecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos), dividido em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas;

III – Associação Sociedade Educacional Mendonça e Silva – com sede na Av. Pedro Álvares Cabral, nº 824 – Bairro Ibituruna – Montes Claros (MG), CNPJ nº 19.778.109/0001-82.

Educação Especial de ensino fundamental, valor anual do repasse: R\$ 1.350.004,47 (um milhão, trezentos e cinquenta mil e quatro reais e quarenta e sete centavos), dividido em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§1º - Fica reconhecido, para os referidos repasses, a dispensa do chamamento público, nos termos do art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº. 13.019/14.

§2º - As despesas decorrentes do presente artigo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.07.004.00012.00361.00034.4062 – 33504300 – Fonte: 119.

§3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar, na dotação orçamentária constante do §2º, do presente artigo, o valor de R\$ 1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais).

§4º - Para atender a suplementação de crédito a que se refere o §3º, do presente artigo, fica o Poder Executivo autorizado a anular o valor de R\$ 1.960.000,00 (um milhão, novecentos e sessenta mil reais), da seguinte dotação orçamentária: 02.007.004.00012.00361.00034.2087 – 31900400 – Fonte 118.

Art. 4º – A contratação de pessoal pelas Instituições referidas nos artigos anteriores, através dos recursos liberados, deverá seguir critérios objetivos e isonômicos.

Art. 5º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar gêneros alimentícios e gás de cozinha a serem destinados exclusivamente à preparação da merenda escolar dos alunos regularmente matriculados nas instituições mencionadas na presente Lei.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos e autorizando-se que as parcerias tenham seus efeitos retroagidos ao início do ano letivo, nos termos do Calendário Escolar.

Art. 7º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Montes Claros (MG), em 02 de abril de 2018.


Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E RUSTICA
EM 03 DE ABRIL DE 2018
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
MENTO TOMADA DE CONTAS
EM 03 DE ABRIL DE 2018
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 10 DE ABRIL DE 2018
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 34/2018 QUE “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR PARCERIA COM AS ENTIDADES QUE MENCIONA, REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

O projeto tem como objetivo a autorização legislativa para que o Município possa firmar parceria objetivando o repasse de recursos financeiros às entidades que menciona.

A iniciativa de Leis que solicitem a autorização para firmar parcerias é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, em existindo a dotação descrita no projeto, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 04 de abril de 2018.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 34 /2018

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Parceria com as Entidades que Menciona, Repassar Recursos Financeiros; e dá outras providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 03/04/2018, com entrada na Sala das Comissões no dia 04/04/2018.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, em análise, autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, a firmar parceria e repassar recursos financeiros às seguintes entidades de ensino infantil e fundamental:

I – Casa da Juventude São Luiz Gonzaga - com sede na Rua Amazonas, nº 611 - Bairro Cintra - Montes Claros (MG), CNPJ nº 21.358.312/0001-41. a) Educação Infantil - valor anual do repasse: **R\$ 217.879,07 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e setenta e nove reais e sete centavos)**, dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas; b) Educação Fundamental e EJA, valor de **R\$ 520.601,32 (quinhentos e vinte mil, seiscentos e um reais e trinta e dois centavos)** dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

II – CCVEC - Centro Comunitário de Vivência Educacional Prof. Luiz Flávio Pereira - com sede na Rua Guiana Holandesa, nº 2.201 - Doutor João Alves - Montes Claros (MG), CNPJ nº 25.217.365/0001-01. Educação Infantil: Valor anual do repasse: **R\$ 444.110,93 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e dez reais e noventa e três centavos)** dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas;

III- Centro de Recuperação Renascer do Município de Montes Claros - Minas Gerais - com sede na Av. Europa, nº 301 - Conjunto Residencial JK - Montes Claros (MG), CNPJ nº 04.642.023/0001-50. Educação Infantil: Valor anual do repasse: **R\$ 893.987,59 (oitocentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos)**, dividido em 10 parcelas, iguais e sucessivas;

IV - Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Montes Claros - com sede na Av. Padre Bretano, nº 102 - Roxo Verde - Montes Claros (MG), CNPJ nº 21.373.592/0001-67.



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Educação Infantil: Valor anual do repasse: **R\$ 233.225,63 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e cinco reais e sessenta e três centavos)**, dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

V- Projeto Comunitário Betel – Com sede na Rua Betel, nº 53- Vila Exposição – Montes claros (MG).

Educação Infantil: Valor anual do repasse: **R\$ 629.752,90 (seiscientos e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos)** dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

VI – Projeto Comunitário Nova Canaã – com sede na Rua 10, com sede na Rua 10, nº 162, Vila Sion – Montes Claros -MG. Valor anual do repasse: **R\$ 486.122,59 (quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e vinte reais e cinquenta e nove reais)** dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Contempla ainda, nos termos do art. 3º do referido projeto de lei o repasse de recursos financeiros, através de parcerias às seguintes entidades de educação especial:

I- APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Montes Claros- com sede na Alameda das Paineiras, nº 390- Bairro Jaraguá I- Montes Claros – MG – CNPJ – 21.353.925/0001-96; Educação Especial - Valor anual do repasse: **R\$ 1.435.215,24 (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e quinze reais e vinte e quatro centavos)**, dividido em 10(dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

II – Fundação Clarice Albuquerque - com sede na Rua Tugstênio , nº 306 – Bairro de Lourdes - Montes Claros – MG – CNPJ – 25.218.462/0001-00; Educação Especial - Valor anual do repasse: **R\$ 966.719,96 (novecentos e sessenta e seis mil, setecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos)**, dividido em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

III- Associação Sociedade Educacional Mendonça e Silva – com sede na Av. Pedro Álvares Cabral, nº 824, Bairro Ibituruna – Montes Claros – MG – CNPJ – 19.778.109/0001-82. Valor anual do repasse: **R\$ 1.350.004,47 (um milhão, trezentos e cinquenta mil e quatro reais e quarenta e sete centavos)** dividido em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Conforme §1º do art. 3º, as referidas entidades estão dispensadas do chamamento público, com fulcro no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/14.



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Além dos repasses dos recursos financeiros, o Executivo repassará, conforme consta no art. 5º gêneros alimentícios e gás de cozinha a serem destinados exclusivamente à preparação da merenda escolar dos alunos regularmente matriculados nas instituições.

Com relação às dotações orçamentárias indicadas, todas constam no orçamento vigente com recursos suficientes para arcar com a despesa prevista.

Assim sendo, verifica-se que a proposição trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 06 de abril de 2018.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho _____

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares: _____



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 34 /2018

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Parceria com as Entidades que Menciona, Repassar Recursos Financeiros; e dá outras providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída às Comissões no dia 03/04/2018, com entrada na Sala das Comissões no dia 04/04/2018,

Após receber parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, pela legalidade e constitucionalidade, foi encaminhada à Comissão de Finanças e Orçamento, para, nos termos regimentais, emitir parecer sobre o mérito da matéria.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, em análise, autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, a firmar parceria e repassar recursos financeiros às seguintes entidades de ensino infantil e fundamental:

I – Casa da Juventude São Luiz Gonzaga - com sede na Rua Amazonas, nº 611 - Bairro Cintra - Montes Claros (MG), CNPJ nº 21.358.312/0001-41. a) Educação Infantil - valor anual do repasse: **R\$ 217.879,07 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e setenta e nove reais e sete centavos)**, dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas; b) Educação Fundamental e EJA, valor de **R\$ 520.601,32 (quinhentos e vinte mil, seiscentos e um reais e trinta e dois centavos)** dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

II – CCVEC - Centro Comunitário de Vivência Educacional Prof. Luiz Flávio Pereira - com sede na Rua Guiana Holandesa, nº 2.201 - Doutor João Alves - Montes Claros (MG), CNPJ nº 25.217.365/0001-01. Educação Infantil: Valor anual do repasse: **R\$ 444.110,93 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e dez reais e noventa e três centavos)** dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas;

III- Centro de Recuperação Renascer do Município de Montes Claros - Minas Gerais - com sede na Av. Europa, nº 301 - Conjunto Residencial JK - Montes Claros (MG), CNPJ nº 04.642.023/0001-50. Educação Infantil: Valor anual do repasse: **R\$ 893.987,59 (oitocentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos)**, dividido em 10 parcelas, iguais e sucessivas;



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

IV - Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Montes Claros - com sede na Av. Padre Bretano, nº 102 - Roxo Verde - Montes Claros (MG), CNPJ nº 21.373.592/0001-67.

Educação Infantil: Valor anual do repasse: **R\$ 233.225,63 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e cinco reais e sessenta e três centavos)**, dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

V- Projeto Comunitário Betel – Com sede na Rua Betel, nº 53- Vila Exposição – Montes Claros (MG).

Educação Infantil: Valor anual do repasse: **R\$ 629.752,90 (seiscentos e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos)** dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

VI – Projeto Comunitário Nova Canaã – com sede na Rua 10, com sede na Rua 10, nº 162, Vila Sion – Montes Claros -MG. Valor anual do repasse: **R\$ 486.122,59 (quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e vinte reais e cinquenta e nove reais)** dividido em 10 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Contempla ainda, nos termos do art. 3º do referido projeto de lei o repasse de recursos financeiros, através de parcerias às seguintes entidades de educação especial:

I- APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Montes Claros- com sede na Alameda das Paineiras, nº 390- Bairro Jaraguá I- Montes Claros – MG – CNPJ – 21.353.925/0001-96; Educação Especial - Valor anual do repasse: **R\$ 1.435.215,24 (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e quinze reais e vinte e quatro centavos)**, dividido em 10(dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

II – Fundação Clarice Albuquerque - com sede na Rua Tugstênio , nº 306 – Bairro de Lourdes - Montes Claros – MG – CNPJ – 25.218.462/0001-00; Educação Especial - Valor anual do repasse: **R\$ 966.719,96 (novecentos e sessenta e seis mil, setecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos)**, dividido em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

III- Associação Sociedade Educacional Mendonça e Silva – com sede na Av. Pedro Álvares Cabral, nº 824, Bairro Ibituruna – Montes Claros – MG – CNPJ – 19.778.109/0001-82. Valor anual do repasse: **R\$ 1.350.004,47 (um milhão, trezentos e cinquenta mil e quatro reais e quarenta e sete centavos)** dividido em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas.



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Conforme §1º do art. 3º, as referidas entidades estão dispensadas do chamamento público, com fulcro no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/14.

Além dos repasses dos recursos financeiros, o Executivo repassará, conforme consta no art. 5º gêneros alimentícios e gás de cozinha a serem destinados exclusivamente à preparação da merenda escolar dos alunos regularmente matriculados nas instituições.

Com relação às dotações orçamentárias indicadas, todas constam no orçamento vigente com recursos suficientes para arcar com a despesa prevista.

Desta forma, esta Comissão considera o projeto de lei importante, tendo em vista que o mesmo possibilitará a educação de alunos com necessidades especiais não atendidos pela rede de ensino do Município.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação do Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Comissões, 06 de abril de 2018

Presidente: Ver. Wilton Afonso Dias Soares

Vice- Presidente: Ver. Domingos Edmilson Magalhães

Relator: Ver. Daniel Dias da Silva



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

Montes Claros (MG), 02 de abril de 2018

Exmo. Sr.
Vereador Cláudio Ribeiro Prates
DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.
Ofício nº GP-_____/2018
Assunto: encaminhamento de projeto de lei



Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR PARCERIA COM AS ENTIDADES QUE MENCIONA, REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS..**

O incluso projeto de lei visa possibilitar a celebração de parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e as entidades mencionadas, que tão relevantes serviços prestam na comunidade de Montes Claros, ou seja, na educação e assistência de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Ressaltamos, que nos últimos anos o Município de Montes Claros vem promovendo a celebração de Termos de Convênio com algumas instituições beneficentes, sem fins lucrativos, que apresentaram propostas de trabalho para atuarem no atendimento ao Ensino Infantil e Fundamental de crianças, adolescentes, jovens e adultos não atendidos pelo Sistema Municipal de Ensino, Sistema Estadual de Ensino e/ou Rede Particular de Ensino na cidade de Montes Claros-MG.

Com o advento da Lei n.º 13.019/2014, que tem por missão aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil e suas relações de parceria com o Estado, o Município vem se adequando ao disposto nesta legislação, objetivando a criação um ambiente estável e sadio que gere segurança jurídica, promovendo o fortalecimento institucional e ainda a valorização das Organizações da Sociedade Civil e, principalmente, a transparência na aplicação dos recursos financeiros e a efetividade nas parcerias.

Considerando que o Sistema Municipal de Ensino dispõe atualmente de 104 (cento e quatro) unidades escolares que atendem aos alunos matriculados no ensino fundamental e infantil na área urbana e rural deste município, totalizando aproximadamente 32.000 (trinta e dois mil) alunos.

Entretanto, mesmo com a estrutura física atual o Município necessita formalizar parceria com as entidades mencionadas no presente Projeto

Handwritten signature

de Lei para atender a meta n.º 01, da Lei Municipal n.º 4.792, de 24 de junho de 2015 (Plano Municipal de Educação 2015-2025).

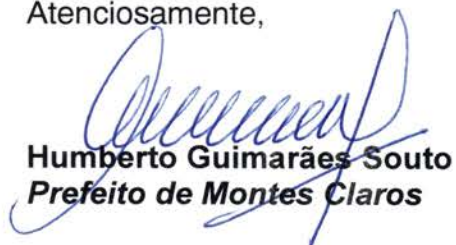
Destacamos que o envio do Projeto de Lei para todas as entidades em um único instrumento visa preservar a boa técnica legislativa, tendo em vista que o objeto dos repasses são congêneres.

Por oportuno, esclarecemos que os quantitativos de repasse foram calculados pela Secretaria Municipal de Educação, mediante critérios objetivos que levaram em conta o número de alunos atendidos e a modalidade de ensino oferecida.

Na certeza de que os benefícios que advirão das medidas contidas no projeto de lei em referência justificam, plenamente, a sua aprovação e em face da urgência de sua implementação, solicitamos que referida proposição seja submetida ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros